DECISÃO SINGULAR DSG - G.MJMS - 6243/2015

PROCESSO TC/MS	: TC/11996/2014
PROTOCOLO	: 1521405
ÓRGÃO	: SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO
RESPONSÁVEL	: THIE HIGUCHI VIEGAS DOS SANTOS
CARGO DA RESPONSÁVEL	: SECRETÁRIA DE ESTADO
TIPO DE PROCESSO	: CONCESSÃO DE RESERVA REMUNERADA
RELATORA	: MARISA JOAQUINA MONTEIRO SERRANO
BENEFICIÁRIO	: RUBENS MONTEIRO DE SOUZA

ATO DE PESSOAL – CONCESSÃO DE RESERVA REMUNERADA – CUMPRIMENTO DAS NORMAS REGIMENTAIS E LEGAIS – REGISTRO.

Trata o presente processo da concessão de Transferência para a RESERVA REMUNERADA do servidor **Sr. Rubens Monteiro de Souza**, ocupante do cargo de Subtenente da Policia Militar, lotado na Ajudância Geral do Comando Geral da Policia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul.

Conforme consta dos autos a sua remessa foi tempestiva a esta Corte de Contas, de acordo com o Anexo I, Capítulo II, Seção II, da Instrução Normativa TC/MS n.35 de 14/12/2011, alterada pela Instrução Normativa TC/MS nº 38 de 28/11/2012.

ESPECIFICAÇÃO	DATA
Publicação	02/07/2014
Prazo de Entrega	17/07/2014
Remessa (postagem/protocolo)	08/07/2014

O direito que ampara a Transferência para a Reserva Remunerada está previsto no artigo 42, da Lei n. 3.150, de 22 de dezembro de 2005, combinado com o art. 86, inciso I, art. 89, inciso I, art. 90, inciso I, letra “a”, art. 47, inciso II, e art. 54, todos da Lei Complementar n. 53 de 30 de agosto de 1990, com a redação dada

pela Lei Complementar n. 127, de 15 de maio de 2008, conforme Decreto "P" nº 2745, publicado no D.O n.8.706, de 02 de julho de 2014, pag. 99.

Consta ainda na Certidão de Tempo de Contribuição a comprovação da fixação dos proventos proporcionais correspondendo ao subsidio da graduação de Subtenente PM conforme preceitos legais, peça nº 1 fls. 89/90, abaixo demonstrado:

QUANTIDADE DE ANOS	QUANTIDADE DE DIAS
25 anos, 11 meses e 09 dias	9.464 (nove mil quatrocentos e sessenta e quatro) dias

A equipe técnica da Inspetoria de Controle de Atos de Pessoal – ICEAP apreciou a documentação apresentada e, através da Análise Conclusiva ANA-ICEAP-7904/2015, opinou:

> *"Face ao exposto, esta Inspetoria conclui a instrução processual sugerindo o* ***Registro*** *da presente Transferência para a Reserva Remunerada."* (grifo nosso)

Da mesma forma foi o entendimento exarado pelo Ministério Público de Contas que, emitiu o Parecer PAR-MPC – GAB.4 DR.JOÃOMJR/SUBSTITUTO–10642/2015 onde concluiu:

> *"este Ministério Público de Contas, acompanhando o entendimento técnico supra e com fulcro no inciso III, artigo 11 da Lei Complementar Estadual sob o n. 148/2010 c/c o inciso II, artigo 34 da Lei Complementar Estadual n. 160/2012, pronuncia-se pelo* ***registro*** *do ato de pessoal em apreço."* (grifo nosso)

É o Relatório.

Observa-se com o exame dos autos que a presente Transferência para a

RESERVA REMUNERADA do servidor **Sr. Rubens Monteiro de Souza**, encontra-se formalizada em conformidade com os ditames legais, uma vez que foram apresentados os documentos pertinentes.

Diante do que se apresentou, acolho o posicionamento da Equipe Técnica e do Ministério Público de Contas e **DECIDO:**

1- Pelo Registro da concessão de Transferência para a RESERVA REMUNERADA da servidora Sra. **Rubens Monteiro de Souza**, CPF n. 464.532.021-15, o que faço com base no artigo 34, inciso II da Lei Complementar nº 160/2012, c/c o artigo 10, inciso I - do Regimento Interno desta Corte de Contas;

2- Pela comunicação do resultado desta Decisão aos responsáveis, com base no artigo 50 da Lei Complementar nº 160/2012;

3- Pela determinação da remessa dos autos ao Cartório para providências regimentais.

É a DECISÃO.

Campo Grande/MS, 08 de setembro de 2015.

Cons. MARISA SERRANO
Relatora

fer